

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.908 - SP (2015/0126638-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : SEBASTIÃO BATISTA DA SILVA
ADVOGADO : ANDRÉA ENARA BATISTA CHIARINELLI CAPATO E OUTRO(S) -
SP167798
RECORRIDO : SOUZA RAMOS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO : GALENO CORRÊA JUNIOR E OUTRO(S) - SP108539

EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO À CF. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELO STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO INEXISTENTE. INTERPRETAÇÃO DO TÍTULO JUDICIAL E VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. REVISÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. PRECLUSÃO CONSUMATIVA E EFEITO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282 DO STF, POR ANALOGIA. DEPÓSITO JUDICIAL DO VALOR EXECUTADO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SÚMULA Nº 568 DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO

DECISÃO

Da acurada análise do agravo de instrumento pode-se depreender que SEBASTIÃO BATISTA DA SILVA (SEBASTIÃO) ajuizou ação de indenização contra SOUZA RAMOS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA (SOUZA RAMOS COMÉRCIO), julgada procedente.

Na fase de cumprimento de sentença, SEBASTIÃO apresentou os valores devidos e realizou o pedido de bloqueio "on line".

Após o julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada por SOUZA RAMOS COMÉRCIO, o juiz determinou o prosseguimento da execução apenas em relação à multa do art. 475-J, do CPC/73 e o levantamento da quantia existente.

Contra essa decisão, SEBASTIÃO interpôs agravo de instrumento sustentando que o crédito era incontroverso e que deve incidir juros e correção sobre os

valores depositados.

O TJSP negou provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

Cumprimento de sentença. Credor que visa à realização de segunda penhora, com fulcro em cálculos manifestamente exagerados. Impossibilidade. Débito já quitado com a excussão de bem anteriormente constrito. Inexistência de título executivo quanto aos demais valores pleiteados. Recurso improvido, com observação (e-STJ, fl. 164).

Os embargos de declaração opostos por SEBASTIÃO foram rejeitados (e-STJ, fls. 191/196).

Irresignado, SEBASTIÃO interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando a violação dos arts. (1) 535, do CPC/73 e 93, IX, da CF e Súmula nº 98 do STJ, no que se refere à violação da coisa julgada; alteração de matéria preclusa; impossibilidade de satisfação do crédito e de julgamento *extra petita*; (2) 128, 458, 459 e 460 do CPC/73 em virtude da existência de julgamento *citra petita* e, portanto, a invalidação do julgamento; (3) 5º, XXXVI, da CF e 467 do CPC/73 em virtude da violação à coisa julgada porque a sentença determinou a adoção do salário mínimo; (4) 7º, IV, da CF, inaplicabilidade de matéria de ordem pública porque não se trata de mero erro de cálculo, mas de questão já decidida e transitada em julgado; (5) 473 do CPC/73 em relação à preclusão consumativa porque a executada foi intimada a se manifestar sobre os cálculos apresentados e ficou-se inerte; (6) 128, 286, 460 e 515, todos do CPC/73 o agravo de instrumento visava a aplicação de juros de mora sobre o depósito judicial, tendo o Tribunal de origem julgado a extinção da execução, violação do princípio do *quantum devolutum quantum appellatum*; (7) 475 e 586 do CPC/73 impossibilidade de satisfação do crédito porque há necessidade de execução do débito da multa do art. 475-J do CPC/73 e dos honorários advocatícios; e, por fim (8) da incidência dos juros de mora sobre o depósito judicial porque as instituições financeiras são responsáveis apenas pela correção monetária e não pelos juros fixados no título judicial.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016)

Superior Tribunal de Justiça

devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) e (2) Do art. 535, do CPC/73.

SEBASTIÃO sustentou a violação dos arts. 535, do CPC/73; 93, da CF e da Súmula nº 98 do STJ, no que se refere à violação da coisa julgada; alteração de matéria preclusa; impossibilidade de satisfação do crédito e de julgamento *extra petita*. Alegou a negativa de vigência dos arts. 128, 458, 459 e 460 do CPC/73 em virtude da existência de julgamento *citra petita* e, portanto, a invalidação do julgamento.

Inicialmente, destaca-se que a alegação de violação ao artigo constitucional não pode ser analisada na via estreita do recurso especial, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Confira-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 6º DA LINDB. CARÁTER CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Os princípios contidos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), apesar de previstos em norma infraconstitucional, não podem ser analisados em recurso especial, pois são institutos de natureza constitucional.

[...]

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 781.737/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 13/12/2016, DJe 3/2/2017)

No que se refere à negativa de vigência do art. 535, do CPC/73, SEBASTIÃO afirmou que o TJSP não analisou quanto ao arbitramento pelo juiz de primeiro grau dos honorários advocatícios de 15% sobre o valor da execução.

Contudo, não obstante a rejeição dos aclaratórios, o TJSP esclareceu que não havia ofensa à coisa julgada a apreciação de matéria de ordem pública e que houve desrespeito ao art. 7º, IV, da CF no que se refere à vinculação do salário mínimo como fator de correção monetária, confira-se:

O v. acórdão foi bem fundamentado ao observar matéria de ordem pública, sendo aquela que o julgador tem dever de apreciar de ofício e a qualquer tempo, por se referir a interesse público premente. No presente feito, e nos termos do art. 475-B, §3º do CPC, inexistente violação ao princípio da

coisa julgada material e julgamento extra petita, porque se apreciou matéria de ordem pública.

Com efeito, ficou claro nas razões recursais, que a verificação da existência de título executivo judicial, que respalde a prestação jurisdicional executiva é matéria de ordem pública, aferível de ofício, de modo que era perfeitamente possível o exame judicial da base de cálculo apresentada pelo agravante. Isso porque o excesso de execução significa a execução sem título, motivo que enseja verificação dos cálculos efetuados, ainda porque a execução de valores não devidos constituiria enriquecimento ilícito, o que é defeso pelo art. 17, IV do CPC. Ressalte-se ainda que o embargante desrespeitou art. 7º, IV da CF, ao vincular o valor do salário mínimo como fator de correção monetária, o que também permite o exame dos cálculos apresentados [...] (e-STJ, fls. 194/195).

Assim, inexistem os vícios elencados no art. 535 do CPC/73, quais sejam, omissão ou obscuridade, sendo forçoso reconhecer que a pretensão recursal ostentava caráter nitidamente infringente, visando rediscutir matéria que já havia sido analisada pela Corte local.

A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte. Precedente: AgRg no AREsp nº 529.018/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, DJe 1º/9/2014.

Afasta-se, portanto, a alegada violação do art. 535 do CPC/73.

(3) e (4) Da violação à coisa julgada

SEBASTIÃO afirmou a violação do art. 467 do CPC/73 em virtude da violação à coisa julgada porque a sentença determinou a adoção do salário mínimo. Aduziu, ainda, a negativa de vigência do art. 7º, IV, da CF, inaplicabilidade de matéria de ordem pública porque não se trata de mero erro de cálculo, mas de questão já decidida e transitada em julgado.

Novamente, não será analisada a violação à CF, como já destacado no tópico anterior, em virtude da competência exclusiva do STF para o tema.

O TJSP consignou que o título executivo determinou que o cálculo da indenização fosse efetuado com o valor do salário mínimo à época da prolação da sentença, outubro de 2003, e não a utilização do salário mínimo como fator de correção monetária, como utilizado pelo recorrente nos cálculos apresentados, confira-se:

E, nesse passo, é facilmente identificável o equívoco do credor ao efetuar o cálculo e atualização do valor da indenização de danos morais correspondente a vinte salários mínimos, que compôs o demonstrativo de débito que acompanhou seu requerimento efetuado nos termos do art. 475-J do CPC, em março de 2007 (fls. 87 c.c. 99), pois utilizou indevidamente o salário mínimo como fator de correção monetária, ou seja, pautou os seus cálculos no salário mínimo vigente à época do cumprimento de sentença, de R\$ 380,00 (fls. 87/88), o que é vedado pela CF (art. 7º, IV), quando o valor correto seria aquele vigente à época da prolação da sentença, em outubro de 2003, como, aliás, constou no respectivo título judicial (fls. 154/159), no valor de R\$ 240,00 [...] (e-STJ, fl. 166).

Assim, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, a fim de apurar se o título executivo contempla o salário mínimo como correção monetária, é necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, situação vedada em Recurso Especial.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL CONSIDERADO VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. REVISÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A

1. A recorrente alega violação da coisa julgada, sob o fundamento de que, "ao contrário do entendimento do v. acórdão combatido, a sentença de primeiro grau, na fase de conhecimento, reconheceu a existência de valores vencidos a título de diferenças de juros remuneratórios" (fl. 509, e-STJ).

2. Com relação a esse assunto, a Corte regional consignou (fl. 446, e-STJ): " Por outro lado, em relação ao termo inicial de incidência dos juros de mora, tenho que não assiste razão à parte agravante. E isso porque, no caso dos autos, o título executivo trata apenas das diferenças de correção monetária do montante principal - apuradas da data do recolhimento até 31-12 do mesmo ano (cf. item 4 da ementa do REsp nº 1.003.955/RS) - e dos juros remuneratórios reflexos sobre ela

incidentes. Não há, assim, condenação relativa à atualização monetária das diferenças de juros remuneratórios pagos anualmente aos consumidores nas contas de energia elétrica, na forma do artigo 2º, do Decreto-Lei nº 1.512, de 1976 - que teria por base a ilegalidade do pagamento em julho de cada ano sem incidência de atualização entre a data da constituição do crédito, em 31-12 do ano anterior, e o efetivo pagamento (cf. item 3 da ementa do REsp nº 1.003.955/RS)".

3. Assim, é evidente que, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, a fim de apurar se o título executivo contempla condenação relativa à atualização monetária das diferenças de juros remuneratórios pagos anualmente aos consumidores, é necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

4. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

5. A via estreita do Recurso Especial exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos. A falta de indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados caracteriza deficiência de fundamentação, em conformidade com o Enunciado Sumular 284 do STF.

6. A propositura do recurso pela via da divergência jurisprudencial não dispensa o recorrente de apontar qual o dispositivo legal que teria sido objeto de interpretação divergente entre tribunais. A deficiência na fundamentação obsta o conhecimento do recurso fundamentado na alínea "c", razão pela qual incide a Súmula 284/STF. Precedentes do STJ.

RECURSO ESPECIAL DA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

7. A Primeira Seção, no julgamento dos REspS 1.003.955/RS e 1.028.592/RS (assentada de 12.8.2009), submetidos ao rito

dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), pacificou entendimento quanto ao prazo prescricional e aos índices de juros e correção monetária aplicáveis na restituição do empréstimo compulsório sobre energia elétrica.

8. Incide correção monetária sobre o Empréstimo Compulsório entre a data do pagamento pelo particular e 1º de janeiro do ano seguinte (data da consolidação do crédito). O termo a quo do prazo é o mesmo do principal (questão solucionada definitivamente no julgamento dos EDcl no REsp 1.059.528/RS, em 24.3.2010).

9. A sentença que decidiu sobre a questão da devolução do empréstimo compulsório sobre a energia elétrica, incluindo-se a correção monetária, os juros remuneratórios e os juros moratórios, transitou em julgado. Portanto, descabe discutir novamente o tema na fase de cumprimento de sentença, sob pena de ofender a coisa julgada.

10. Conforme já decidido pela Segunda Turma desta Corte, "a diferença de correção monetária e respectivo reflexo nos juros não foram e nem poderiam ter sido objeto das conversões autorizadas em AGE's realizadas antes do trânsito em julgado da presente ação (ou do momento em que apta para a execução provisória), simplesmente porque os créditos não haviam ainda sido reconhecidos. Para fazer uso da possibilidade de pagamento via conversão em ações deve a ELETROBRÁS demonstrar que houve decisão da Assembléia Geral assim a autorizando, ainda que de forma genérica, e que há ações suficientes para tal, o que não ocorreu, consoante o firmado pela Corte de Origem".

CONCLUSÃO 11. Recurso Especial da Weg Equipamentos Elétricos não conhecido.

Recurso Especial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. não provido.

(REsp 1.751.504/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, j. 5/11/2019, DJe 18/11/2019)

Incide sobre o tema o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

(5) e (6) Da preclusão consumativa e do efeito do agravo de instrumento

SEBASTIÃO afirmou a negativa de vigência do art. 473 do CPC/73 em relação à preclusão consumativa porque a executada foi intimada a se manifestar sobre os cálculos apresentados e ficou-se inerte. Aduziu a violação dos arts. 128, 286, 460 e 515, todos do CPC/73 porque o agravo de instrumento visava a aplicação de juros de mora sobre o depósito judicial, tendo o TJSP julgado a extinção da execução, violação do princípio do *quantum devolutum quantum appellatum*.

Contudo, os temas não foram tratados no acórdão recorrido e tampouco inserido nas razões dos embargos de declaração, estando ausente o prequestionamento sobre o tema.

Verifica-se que não houve pronunciamento sobre o tema e o mesmo não foi tratado nas razões dos embargos de declaração, estando ausente o prequestionamento.

Incide sobre o ponto o óbice da Súmula nº 282 do STF.

(7) e (8) Da correção dos depósitos judiciais

SEBASTIÃO alegou a negativa de vigência dos arts. 475 e 586 do CPC/73 impossibilidade de satisfação do crédito porque há necessidade de execução do débito da multa do art. 475-J do CPC/73 e dos honorários advocatícios; e, por fim da incidência dos juros de mora sobre o depósito judicial porque as instituições financeiras são responsáveis apenas pela correção monetária e não pelos juros fixados no título judicial.

No julgamento dos aclaratórios, o TJSP consignou que a realização do depósito judicial para garantia do juízo obsta a incidência de novos juros moratórios, pois conta com remuneração específica prevista em lei, confira-se:

Ademais, ao explicar as operações de cálculo, o v. acórdão cuidou de considerar o valor da multa de 10% sobre a quantia calculada, nos moldes do art. 475-J do CPC, bem como esclarecer que a realização do depósito judicial para garantia do juízo pelo executado obsta a incidência de novos juros moratórios, pois já conta com remuneração específica prevista em lei. Destarte, a omissão sobre pronunciamento dos juros moratórios ao depósito e apontamento do saldo devedor remanescente não se verificam, uma vez que o cálculo demonstrado pelo exame judicial considera a correta aplicação desses consectários legais [...] (e-STJ, fls. 195/196).

A jurisprudência desta Corte Superior já consolidou o entendimento que, efetivado o depósito judicial, cessa a responsabilidade do devedor pela correção monetária e pelos juros de mora.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. TELEFONIA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. BLOQUEIO JUDICIAL E POSTERIOR TRANSFERÊNCIA PARA CONTA JUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO DEVEDOR. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é assente no sentido de que, efetivado o depósito judicial, cessa a responsabilidade do devedor pela correção monetária e pelos juros de mora. *Precedentes*.

2. Ademais, "cabe ao exequente, diligentemente, requerer a transferência do montante bloqueado para conta vinculada à execução e acompanhar o processo, ou ao juízo determinar essa providência, de ofício, visto que o processo executivo tramita no interesse do credor." (EDcl no REsp 1426205/SP, de minha relatoria, Quarta Turma, julgado em 19/09/2017, DJe 25/09/2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.789.387/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 17/9/2019, DJe 24/9/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. 1. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEPÓSITO JUDICIAL DO VALOR EXECUTADO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SÚMULA 83/STJ. 3. ALEGAÇÃO DE FALTA DE DEPÓSITO JUDICIAL PELO DEVEDOR PARA GARANTIA DO JUÍZO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Se o conteúdo normativo contido no dispositivo apresentado como violado não foi objeto de debate pelo Tribunal de origem, evidencia-se a ausência do prequestionamento, pressuposto específico do recurso especial. Incide, na espécie, o rigor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

1.1. O entendimento jurisprudencial desta Corte é de que se têm como prequestionados os dispositivos legais de forma implícita, ou seja, ainda que não referidos diretamente, quando o acórdão recorrido emite juízo de valor fundamentado acerca da matéria por eles regida, hipótese inexistente no caso.

2. De fato, no que se refere à responsabilidade pelos juros e correção incidentes sobre o depósito judicial efetuado pelo devedor, é firme o entendimento jurisprudencial do STJ no sentido de que, efetivado o depósito do valor executado, cessa a responsabilidade do devedor sobre os encargos moratórios concernentes à quantia depositada, a qual passa a ser do banco depositário. *Precedentes*.

3. A revisão das conclusões estaduais (acerca de saber se o

Superior Tribunal de Justiça

depósito não foi efetuado pelo devedor para o fim de elidir a mora) demandaria, necessariamente, o revolvimento das cláusulas contratuais e do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.484.349/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/9/2019, DJe 19/9/2019)

Assim, o acórdão recorrido não deve ser reformado porque em consonância com o entendimento da jurisprudência desta Corte, atraindo, quanto ao ponto o óbice da Súmula nº 568 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do recurso especial e, nesta extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator